



## **A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NO ENSINO REGULAR**

Ana Patrícia Lima Santos<sup>1</sup>

Letícia Santana Silva<sup>2</sup>

Orientadora: Profa. Mara Teresa Vargas Otero<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente estudo traz a análise do processo de inclusão de uma estudante com deficiência múltipla no ensino fundamental, na rede municipal de ensino, em Balsas - MA. Através da pesquisa, buscou-se verificar se a estudante possui os mesmos direitos dentro do ambiente escolar; se a escola dispõe de acessibilidade em seus ambientes e; como é trabalhada a inclusão em sala de aula pelos professores, com a finalidade de minimizar as diferenças. A referente pesquisa é de cunho qualitativo, exploratório, campo, bibliográfica e documental com informações pertinentes a esta modalidade de ensino, com estudo de caso, na qual se pretendem fazer observação da aluna na sala de aula no ensino regular, para análise de dados. Foram utilizados questionários aplicados às professoras da sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE e do ensino regular, objetivando conhecer a realidade da mesma. O presente estudo justificou-se no sentido de que, o ensino inclusivo não está ligado somente a acessibilidade aos espaços físico da escola, também ressaltando as dificuldades da aluna com Deficiência Múltipla - DM e os contratempos do professor pela inclusão e ao mesmo tempo investigar as práticas pedagógicas aplicadas no ensino e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Desafios, Deficiência múltipla, Ensino.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente estudo trata da inclusão da pessoa com deficiência múltipla no ensino fundamental, a qual foi abordada o processo de inclusão englobando a Deficiência Física - DF e Deficiência Intelectual - DI. Com objetivo de analisar como se dá o processo de inclusão no ensino; identificar se o aluno possui os mesmos direitos dentro do ambiente escolar; investigar se a escola dispõe de acessibilidade para os alunos com deficiência; descrever como é trabalhada a inclusão em sala de aula pelos professores do ensino regular e sala AEE.

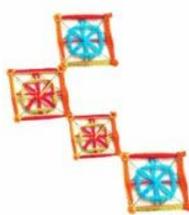
A pesquisa é de cunho qualitativo, exploratório e pesquisa de campo, utilizou-se o estudo de caso. Bibliográfica e documental com informação pertinente a esta modalidade,

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão UEMA - MA, Graduada em Ciências Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Maranhão UEMA - MA, Esp. em Matemática e Estatística pela Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia FADESA - PA, Esp. em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana EAD - SP, analimma40@gmail.com;

<sup>2</sup>Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - MA, leticiasansil75@hotmail.com;

<sup>3</sup>Graduada em Pedagogia pela Faculdade Internacional de Curitiba - Facinter/Uninter, Esp. em Educação Especial pela Universidade Estadual do Maranhão UEMA - MA, Mestranda em Educação Especial pela Escola Superior de Educação de Coimbra - PT, maravargasbalsas@hotmail.com.



com estudo de caso, na qual se fez observação da aluna em sala de aula no ensino regular, para análise de dados. Utilizaram-se questionários aplicados as professoras do ensino regular e da Sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE.

O estudo justifica-se no sentido de que, o ensino inclusivo não está ligado somente a acessibilidade no ambiente escolar, ou seja, na infraestrutura, mas também ressaltando as dificuldades da aluna com deficiência múltipla e os contratempos do professor responsável por uma sala com esse tipo de aluno incluso, e ao mesmo tempo investigar as práticas pedagógicas inclusivas aplicadas no ensino e aprendizagem, como avaliar e elaborar práticas pedagógicas, e quais as dificuldades e os obstáculos enfrentados por estes alunos, e se somente a acessibilidade é suficiente para a inclusão na escola.

Portanto, a escola deverá preparar-se para acolher os alunos com a deficiência. Para isso deve por meio de uma ação conjunta promover a acessibilidade, removendo as barreiras arquitetônicas, e materiais didático-pedagógicos adaptados para esses estudantes, conforme as suas necessidades educacionais, a fim de promover o crescimento individual e coletivo.

## **2 METODOLOGIA**

Para desenvolver a pesquisa, de cunho qualitativo e exploratório, utilizou-se o estudo de caso com o intuito de fortalecer a teoria estudada, vivenciando a prática educativa voltada para a inclusão e as reais contribuições na vida de uma estudante com deficiência múltipla, inclusa no ensino regular.

Com aprofundamento bibliográfico e documental, com informações pertinentes a esta modalidade de ensino, realizou-se observação em sala de aula da aluna com deficiência múltipla, e na sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, para aprofundamento da pesquisa. Utilizaram-se, ainda, questionários aplicados para as professoras do AEE e do ensino regular. Esta pesquisa realizada em Balsas - MA, na Escola Municipal Dr. Moisés Coelho e Silva, ressaltando o 5º ano “C” matutino, dando ênfase à realidade pedagógica da escola de rede municipal de ensino.

A respeito da inclusão da pessoa com deficiência múltipla. As participantes da pesquisadas foram: uma (1) aluna com deficiência múltipla, e duas (2) professoras do ensino regular e a professora do AEE. Os instrumentos para produção de dados utilizaram-se, questionários aplicados para as professoras da Sala de AEE e do ensino regular. Os procedimentos para produção e seleção de dados foram realizados na própria escola com



todos os envolvidos e, a observação em sala de aula com a aluna avaliada, fez-se o registro e obtenção dos dados para fortalecimento da pesquisa.

### **3 BASES LEGAIS PARA INCLUSÃO**

No Brasil o reconhecimento da pessoa com deficiência é observado na legislação em decretos que datam de 1940. No Decreto n. 6949 25/08/2009, a legislação brasileira define deficiente como aquele “que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais... podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. (BRASIL, 2013, p. 16)

Os princípios legais que sustentam e garantem proteção integral da infância e adolescência o que concerne o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei de n. 8.069/1990, a Primeira Infância, Lei de n. 13.257/2016, voltadas ao atendimento dos direitos da criança entre outros. A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CDPD (ONU/2006), promulgada pelo Decreto de n. 6.949 de 25/08/2019 e a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, Lei esta de n. 13.146/2015, nas quais firmam princípios de políticas públicas inclusivas das pessoas com deficiência, sobretudo referente à educação em destaque.

O Capítulo V, Artigo 58, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei de n. 9394/96, classifica Educação Especial “como modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais” e no diz respeito ao Plano Nacional de Educação - PNE estabelece que a inclusão passe por todas as etapas de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

A deficiência está dividida em grupos prevista pela legislação sendo estes: física, mental, auditiva, visual e múltipla, a estes são estabelecidas algumas determinações conforme a Constituição Federal - CF/88.

Artigo 208 o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ... Atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Art. 227 é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2013, p. 20, 21)

Pois a exclusão seja qual for é uma realidade nas escolas, o simples ato de preconceito faz com que muitos alunos desistam de estudar. É importante salientar o papel fundamental do



professor neste contexto de inclusão, contribuindo e auxiliando no processo educacional e social dos mesmos. No Art. 227 da CF/88, no § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

... II, a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para pessoa com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente com deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos e de todas e quaisquer forma de discriminação. (REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL n. 65 de 2010)

A igualdade entre as pessoas é o valor fundamental quando tratamos principalmente de escolas para todos, pois a mesma procura minimizar essas diferenças, proporcionando um ambiente agradável e acolhedor para os alunos. Esses aspectos a escola da qual foi aplicada a prática da inclusão, fica claro que a acessibilidade não deve restringir somente a sala de sala.

Os principais tipos de deficiência física são definidos na legislação segundo o Decreto de n. 3.298 do dia 20 de dezembro de 1999, nas quais são: a paraplegia, perda total das funções motoras dos membros inferiores; a tetraplegias, perda total da função motora dos quatro membros e a hemiplegia, perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo. Ainda são consideradas as amputações, os casos de paralisia cerebral e as ostomias que são aberturas abdominais para uso de sondas.

Portanto, o direcionamento deste estudo é específico à deficiência múltipla, destacando, entretanto a deficiência física, esta faz referência à alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física e juntamente a deficiência intelectual.

#### **4 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA**

Diante destas informações e munidos da perspectiva crescente quanto à carência de serem desenvolvidos trabalhos de inclusão com os alunos, por esta razão buscamos informações referentes à inclusão no ensino fundamental, a fim de compreender como é feito todo o processo de inclusão pela comunidade escolar.

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma



completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2003, p. 16)

Conforme Mantoan (2003, p. 16). O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

Assim, é necessário investigar práticas pedagógicas inclusivas aplicadas no ensino e aprendizagem desses alunos, com isso surgindo o problema motivador do trabalho, como avaliar e elaborar práticas pedagógicas inclusivas para o ensino, que desperte e motive a participação desses alunos em sala de aula.

O 'preferencialmente' refere-se a 'atendimento educacional especializado', ou seja, o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos mesmos, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que naturalmente na qual têm para relacionar-se com o ambiente externo,... Uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares. (MANTOAN 2003, p. 23)

O deficiente intelectual ou cognitivo costuma apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas, as causas são variadas e complexas, a genética sendo a mais comum, as complicações perinatais, a má-formação fetal. A desnutrição severa e o envenenamento por metais pesados durante a infância também podem acarretar problemas graves para o desenvolvimento intelectual, assim, criança com DI, esta têm mais dificuldades na aprendizagem escolar e aquisição de novas competências.

A grande maioria alcança certa independência ao longo do seu desenvolvimento, dependendo do caso, outras com comprometimentos mais severos, vão depender de atendimento especial ao longo de sua trajetória. É preciso redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala, que contribui para a integração e socialização do aluno.

Em sala de aula, também é importante a mediação do professor no que diz respeito à organização da rotina desse aluno. Dialogar sempre com o aluno com DI deficiência intelectual, previamente, o que será necessário para realizar determinada tarefa e quais etapas devem ser seguidas é fundamental.



Para Godói, a deficiência múltipla é uma junção de mais deficiências, tanto a física, intelectual, e visual ou auditiva. “Entretanto, essas deficiências reunidas não caracterizam um tipo, mas o nível do desenvolvimento e, as possibilidades práticas da comunicação, da interação social e aprendizagem, que irá determinar as reais necessidades educacionais desses indivíduos”. (2006, p. 11), assim, apresentam privação no desenvolver, devido às causas que contornam a deficiência, que são de ordem sensorial, motora, linguística estas originadas de “fatores como o pré-natal, perinatais e/ou pós-natais, e situações ambientais envolvendo acidentes e trauma no crânio, a intoxicação química, e irradiações, tumores...” (SILVA, 2011)

Podem-se pontuar outras causas que englobam a Má-formação Congênita, o Hipotireoidismo, a Síndrome de Rett, a Síndrome da Rubéola Congênita, ou mesmo Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST's e etc. Para Nascimento estas características estão ligadas:

Impedimentos na abstração das rotinas do cotidiano, nos gestos demonstrados ou mesmo na comunicação, a dificuldade de reconhecer as pessoas do seu dia a dia, os movimentos corporais de forma involuntária, e as respostas mínimas aos estímulos causados por determinados barulhos e toques,... (2006, p. 11)

A criança com DM apresenta características que diferem de outras, percebe-se, que apresenta movimentos estereotipados, ou seja, desprovido de autenticidade e repetitivos, desconhece objetos e suas funções e, não se comunica na forma convencional, sempre apresenta resistência ao contato físico com outras pessoas, e não retém informações, a aprendizagem é lenta e tem facilidade de esquecer caso não pratique, apresenta dificuldade em propagar habilidades aprendidas, necessita de instruções tanto organizada como sistematizada e alguém que medie seu contato com o meio que o cerca.

O trabalhar intentar compromisso, no que se refere à independência do estudante na escola, no dia a dia, até que se inclua ao mercado de trabalho. No Capítulo II do Art. 5 no que refere à associação de duas ou mais deficiências;

Pessoa com mobilidade reduzida, não é enquadrada no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, a dificuldade de movimentar-se, seja de forma permanente ou temporariamente, gerando a redução efetiva da mobilidade, a flexibilidade, a coordenação motora e a percepção. (DECRETO FEDERAL LEI n. 5.296/2004)

A deficiência afeta a vida do indivíduo, tanto no ensino e aprendizagem, desde simples atividades, variando conforme o grau de comprometimento ocasionado pelas deficiências existentes, afiliado aos incentivos que receberá durante a vida.



Deste modo, o trabalho busca entender como o professor desenvolve e adapta atividades do cotidiano desses alunos para seu ensino e aprendizagem, respeitando as limitações dos mesmos. Uma instituição precisa tornar-se acolhedora, seus aspectos organizacionais e educacionais, para isso precisam ser revistos, aprimorados, de modo que se consigam as reformulações necessárias a inclusão. É nesses aspectos que a escola se importa com compromissos legais e políticos que são inerentes ao direito de todos à educação.

É importante ressaltar que a educação inclusiva está associada com o desempenho que a escola exerce, onde a mesma deve adequar às práticas pedagógicas às diferenças de cada educando, Portanto, na educação precisamos aceitar e respeitar as diferenças, aprendendo a conviver e cooperar uns com os outros. Com isso, o processo de inclusão será efetivado e teremos assim uma sociedade mais justa.

## **5 UMA ANÁLISE DA INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DOCENTE**

O tema proposto à inclusão da pessoa com DM no ensino regular: uma análise da inclusão na Escola municipal Dr. Moisés Coelho e Silva. Pretendendo suscitar análises e reflexões diante da temática de inclusão, na qual a mesma precisa ser repensada e reestruturada, levando em consideração conceitos e princípios defendidos nos documentos nacionais, a fim de favorecer um ensino inclusivo de qualidade sem negligenciar o direito já adquirido.

A escola procura cumprir seu papel no sentido da inclusão de seus estudantes, bem como compreender as tendências e princípios fundamentais, que estão nas bases legais de todos os processos pelos quais elas caminham para alcançar seus objetivos da inclusão, assim à escola dispõe de sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, para atender essa demanda. Esse atendimento na sala de AEE funciona nos dois turnos, no horário matutino que segue das 07h20min às 11h30min, na qual são atendidos 16 alunos, 4 (quatro) meninas e 12 (doze) meninos, apenas 2 (dois) estudantes por hora, já no turno vespertino das 13h:20min as 17h:20min, na qual são atendidos 16 alunos, 6 (seis) meninas e 10 (dez) meninos, seguindo a sequência de atendimentos apenas 2 (dois) estudantes por hora.

Entre as demandas de alunos com necessidades de acompanhamento destacam-se: a Deficiência Intelectual - DI, a Deficiência Múltipla - DM, as Dificuldades de Aprendizagem, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, Dif. de Aprendizagem/Dislexia. Englobando todos os anos do 1º ao 9º. Conforme documento de acompanhamento à



dificuldade de aprendizagem chega a 59,37% dos alunos, que corresponde a 19 (dezenove) alunos entre meninas e meninos e cerca de 3,10% com deficiência múltipla, apenas o caso de uma aluna. Já a idade e ano escolar nem sempre seguem o ano que cursam, há um déficit de aprendizagem em relação série/idade. Tratando-se do 5º ano “C”, são no total de 26 alunos, 11 (onze) são meninas e 15 (quinze) são meninos. A respeito da aluna em destaque com DM é apenas 1 (uma) em toda escola, todos os alunos a conhecem bem, e interagem com ela, devido suas características e necessidades especiais à mesma requer cuidados e alguém a disposição para que possa mediar seu contato com o ambiente, principalmente social, a escola é um meio social.

Para compreender essa análise tomamos como base observação, documentação escolar, além das entrevistas, feita com as 3 (três) professoras, sendo 2 (duas) do ensino regular e 1 (uma) da sala de AEE, para aprimoramento dos dados. Conforme a professora da sala de AEE, atuando no magistério há 22 anos e apenas 8 (oito) anos na sala de AEE, ‘tem apenas uma aluna com deficiência múltipla, que segue como deficiência física e deficiência intelectual’, afirma ‘que sempre vai haver dificuldades em ministrar aula para os alunos, independente da deficiência, pois a princípio é feita uma análise para averiguar qual a fase de aprendizagem que o aluno se encontra’, ou seja, depois de detectar nos primeiros contatos, a respeito de suas limitações, no sentido da comunicação, ‘se com a fala, se houve ou ver, seus limites, para então iniciar o trabalho respeitando sua especificidade’, e procurando desenvolver suas habilidades e potencialidades.

O enfoque deste trabalho de pesquisa é uma estudante com DM inserida no ensino regular, fazer uma análise da inclusão na escola e como é trabalhada em sala de aula e, a metodologia aplicada pela professora do AEE, pois é utilizado ‘material concreto com jogos, blocos empilhados, amassar papel, chocalho, contar histórias, cantigas de roda, atividades de socialização’, e trabalha com todos os recursos disponíveis na escola. A professora também entende que, ‘a aluna quando coloca na cabeça que quer fazer algo, ela faz e costuma repetir os exercícios até conseguir’. E é assim que a professora avalia o rendimento da aluna entre outras formas de avaliar. O resultado da aprendizagem e modo como ela compreende o que é ensinado, o rendimento é considerado lento, embora seja utilizado material adaptado, contudo é satisfatório, pois respeitando suas limitações e dando ênfase não as suas deficiências e sim suas habilidades.

A professora faz acompanhamento direto com a aluna, respeitando sua individualidade, já realizou atividades de conscientização sobre a inclusão com os alunos em



sala de aula, no início do ano letivo, entretanto, com os professores, existe um trabalho contínuo a respeito do assunto, assim ficam a cargo de deles de repassar e trabalhar com a turma a respeito da inclusão. A fim de minimizar a exclusão que de certa forma ainda acontece de forma isolada, ‘o estudante é chamado para uma conversa particular acerca do assunto’, mais no geral não tem exclusão por parte dos outros estudantes, pois procuram desde cedo trabalhar a conscientização.

A escola em geral se preocupa com a inclusão de seus alunos, e sejam quais forem às deficiências, dispondo de formações, materiais e metodologias voltadas para esse público. A professora do AEE mantém uma interação com as professoras da sala regular, assim desempenhando suas funções a fim de promover o ensino e a aprendizagem desses sujeitos. A referida aluna tem 20 (vinte) anos de idade e frequenta a sala de AEE, apenas 2 (duas) vezes por semana, que são nas terças e quintas-feiras das 13h:20min às 14h:20min, no ensino regular ‘não existe dia e nem horário determinado, no entanto, só vem apenas 1 (uma) vez por semana, pois faz terapia e outros tratamentos e saúde e, possui laudo médico, ‘a mãe afirma que as vezes a aluna não quer ir a escola’.

Observando o rendimento dela na perspectiva das professoras do ensino regular, é ‘devido seu problema de deficiência intelectual, só encontra-se no ensino regular apenas para a socialização’, ou seja, ‘para uma interação entre os outros alunos, por que na verdade acreditam que ela não consegue aprender, nem utilizando todos os recursos apropriados’. Pois há toda uma problemática em volta dela, além da deficiência tem outros agravantes, apresentando graves problemas motores, precisando aprender a usar as duas mãos, mesmo com materiais adaptáveis, ainda encontra dificuldades. Isso para servir como tentativa de minorar as eventuais estereotípias motoras e pela necessidade do uso de ambas as mãos para o desenvolvimento de um sistema estruturado de comunicação, ainda assim é difícil.

Na sala de AEE os estudantes utilizam recursos adaptáveis, eles têm desde materiais que são construídos, ou seja, as tecnologias assistivas, como material pedagógico adequado, e possuem recursos tecnológicos, materiais adaptados conforme a especificidade. O aluno não deve deixar de frequentar a escola por causa das dificuldades que a deficiência pode provocar, pelo contrário, a família e os educadores devem estimulá-lo a participar de todas as atividades curriculares, pois o contato com seus colegas e professores contribui gradativamente com a inclusão escolar, através da socialização, além do que é um direito adquirido.

Neste contexto, a escola reafirma a questão da formação continuada onde são tratadas a respeito da inclusão, e isso são repassados para os alunos em sala de aula, e trabalhado o ano



todo no sentido de mudar atitudes com relação às diferenças entre eles, na qual são feitas as orientações à família, a comunidade a cerca da inclusão.

Por tanto, essas atitudes se circunscrevem ao âmbito escolar e, a relação entre o que se diz e se documenta, e o que se espera da escola, ainda tem sido um desafio, pois a escola precisa tratar de modo igualitário os alunos para que se sintam incluídos, reduzindo as diferenças e os obstáculos a serem vencidos nesse sentido.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo trata de uma análise na qual foi abordado o processo de inclusão no ensino regular, outro ponto relevante é a forma de como é trabalhada essa inclusão em sala de aula pelos professores, acredita-se que o contato com outros alunos e o ensino das diferenças, irá contribuir gradativamente com a inclusão.

Foi analisada no processo de inclusão da pessoa com deficiência múltipla, a conscientização de todos os envolvidos, partindo inicialmente pelos professores, na formação continuada, na qual são explanadas as questões sobre inclusão e depois repassadas aos alunos em sala de aula do ensino regular. Esses alunos constituem um grupo com características específicas com necessidades únicas. Por isso, faz-se necessário dar atenção a dois aspectos importantes: como a comunicação e o posicionamento. As atividades de aprendizagem devem respeitar a individualidade e a dignidade de cada aluno, o material pedagógico precisa esta adaptada ao ritmo do aluno.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE permite aos professores da sala de aula regular juntamente aos professores da sala do AEE um trabalho colaborativo e participativo, a fim de compartilhar e garantir o ensino e a aprendizagem promovendo a inclusão dentro da escola. A mesma preza pela organização pedagógica; pelos programas de ensino aos alunos com necessidades educacionais especiais, com suporte e acompanhamento específico; e à formação inicial e continuada de professores, neste sentido a mudança de atitudes e valores; ao desenvolvimento da comunidade geral, abraçando a causa da inclusão, é importante salientar a participação efetiva da família.

Ao finalizar a pesquisa observou-se o trabalho realizado pelos professores da sala de aula do ensino fundamental, na referida escola, permite ser um trabalho colaborativo com o acompanhamento na sala de AEE, mas mesmo com todo esse trabalho não foi possível identificar a aprendizagem significativa e, nem desenvolvimento cognitivo da aluna na sala de



ensino regular. E apesar de toda a escola ser adaptada fisicamente e pedagogicamente, para atendê-la, a inclusão segue sendo um desafio para reduzir a exclusão que de certa forma ainda acontece.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Fátima de Oliveira. **Deficiência múltipla**. Disponível em: [https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/deficiencia-multipla/57024#targetText=De%20acordo%20com%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,adaptativa%20\(MEC%2C1994\)](https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/deficiencia-multipla/57024#targetText=De%20acordo%20com%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,adaptativa%20(MEC%2C1994).). Acesso em: 05/09/19.

ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

AMPUDIA, Ricardo. **O que é deficiência intelectual?** Disponível em: [https://novaescola.org.br/conteudo/271/o-que-e-deficiencia-intelectual?gclid=EAIAIQobChMIg8b74vPI5AIVUwyRCh3ftw-fEAAYAAEgKURfD\\_BwE](https://novaescola.org.br/conteudo/271/o-que-e-deficiencia-intelectual?gclid=EAIAIQobChMIg8b74vPI5AIVUwyRCh3ftw-fEAAYAAEgKURfD_BwE) Acesso em: 10/09/19.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - CF/88**. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_06.06.2017/art\\_227\\_.asp#:~:text=227%20%C3%89%20dever%20da%20fam%C3%ADlia,al%C3%A9m%20de%20coloc%C3%A1%20Dlos%20a](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_227_.asp#:~:text=227%20%C3%89%20dever%20da%20fam%C3%ADlia,al%C3%A9m%20de%20coloc%C3%A1%20Dlos%20a) Acesso em: 27/08/2020.

BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência**. 7 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Câmara, 2013. Série legislação; n. 76. Disponível em: [www2.camara.leg.br > acessibilidade > legislacao-pdf > legislacao-brasileir](http://www2.camara.leg.br/acessibilidade/legislacao-pdf/legislacao-brasileir). Acesso em: 05/09/19.

BRASIL. **LDBEN, lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf). Acesso em: 08/09/19.

BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes. MESQUITA, Sandra Regina Stanziani; MAIA, Shirley Rodrigues. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: surdocegueira e deficiência múltipla**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial: Fortaleza: UFC, 2010.

FERRI, Kathynne Carvalho Freitas; KÜSTER, Eliakim Oliveira; Stephany Siqueira Barbosa, NASCIMENTO. **A deficiência física: abordagens práticas para o ensino de ciências**. XII Semana de Licenciatura, III Seminário de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática. A formação docente em Ciência, Tecnologia, Sociedade e Educação Ambiental. Jataí, GO, 13 a 16 de 10/2015.

GODÓI, Ana Maria de. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem**. Educação Infantil, Deficiência Múltipla. 4 ed. Brasília: MEC, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** SP: Moderna, 2003, pp. 16, 23. Disponível em: <http://institutoitard.com.br/wp->



content/uploads/woocommerce\_uploads/2017/08/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf Acesso em: 05/09/19.

NASCIMENTO, Fátima Ali Abdalah Abdel Cader. Educação Infantil. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldade de comunicação e sinalização. Surdocegueira/Múltipla Deficiência Sensorial. 4 ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdosegueira.pdf> Acesso em: 09/04/20.

ROPOLI, Edilene Aparecida; *et al.* **A Educação Especial nas perspectivas da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Coleção A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: ISBN: 978-85-60331-30-7 V. 1, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 30/05/11. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/25849?locAle=pt\\_BR](https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/25849?locAle=pt_BR) Acesso em: 09/04/20.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SILVA, Yara Cristina Romano. **Deficiência múltipla**: conceito e caracterização. Anais Eletrônico, VIII EPCC. Encontro Internacional de Produção Científica. Centro Universitário de Maringá. CESUMAR, Maringá: Paraná, 2011. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/download/cp/inclusao/m3/leitura%203.pdf> Acesso em: 09/04/20.